



2005/08/06

A MAIOR DEMOCRACIA DO MUNDO

Alexandre Reis Rodrigues

“Enquanto os trabalhadores franceses fazem tudo por preservar o seu confortável horário de 35 horas de trabalho semanais, há um outro país em que se tenta trabalhar 35 horas por dia, com estratos da população dispostos a sacrificarem-se, tanto quanto necessário, para, finalmente, conseguirem pôr o seu país no Mundo”[1]. Esse país é geralmente reconhecido como a maior democracia do Mundo e, sem dúvida, o melhor exemplo, de que a democracia não tem necessariamente que andar lado a lado com a riqueza.[2]

Refiro-me, como calculam, à Índia que, com a recente visita do seu Primeiro-Ministro, Manmohan Singh, a Washington, acaba de dar um passo decisivo, aliás com a preciosa ajuda de Bush, para assumir, a nível internacional, um papel ao nível da sua dimensão e crescente importância económica.

É óbvio que os EUA têm boas razões para dar uma nova dinâmica às relações com a Índia, ajustando a sua postura na região em função da alteração da balança de poderes que aí se está a verificar. À Índia, como veremos, também não faltam motivos para uma aproximação. Ambos os países querem aproveitar um novo espaço de encontro de interesses estratégicos,[3] o que implica profundas alterações no relacionamento mútuo. Permanecerão, porém, algumas reservas de lado a lado.

Durante a Guerra Fria, para ajudar a conter a USSR, os EUA precisavam de manter um bom relacionamento com os países muçulmanos com fronteiras comuns com a USSR: a Turquia e o Irão. No geral, precisavam de seguir uma estratégia pró-muçulmana, incluindo nesse esquema também a Síria e o Iraque. A Índia, estava noutro contexto: sentia-se ameaçada pelos muçulmanos, especialmente pelo vizinho Paquistão; tinha um problema de segurança e precisava do apoio da USSR, com quem desenvolveu relações privilegiadas.

A situação na região agora é substancialmente diferente: a principal causa de preocupação para os EUA já não é a Rússia; passou a ser a China e o seu enorme crescimento. Levantam-se dúvidas sobre o caminho que esta quer seguir, sobre o que pretende fazer com os seus crescentes poderes (económico, político e militar). O Pentágono não esconde alarme perante o seu crescimento militar, esteja ele ligado apenas à situação de Taipei ou a objectivos mais gerais de disputa de presença em áreas de importância estratégica, até agora quase exclusivamente sob controlo americano.

A Índia, embora também em grande crescimento e a investir muito na modernização e reequipamento do seu aparelho militar, tem uma situação diferente; tem uma postura mais transparente e apresenta-se aos EUA como a possibilidade de impedir a crescente hegemonia chinesa. Por isso, os EUA querem ajudar a Índia a tornar-se uma grande potência.

Por outro lado, a Índia vê, hoje, no relacionamento mais próximo com os EUA uma melhor forma de garantir os apoios de que precisa para consolidar os seus interesses regionais; pretende substituir, por essa forma, a sua anterior relação privilegiada com a Rússia. Quer, principalmente, acabar com longas décadas de marginalização e irrelevância internacional e fazer valor os trunfos que tem, em termos económicos como enorme mercado emergente.[4] Pretende, como é natural, que o crescimento do seu poder económico se traduza também em crescimento do poder político e militar.

O 11 de Setembro alterou muita coisa na região, mas não ao ponto de transtornar os desígnios da Índia; nem mesmo a nova dependência dos EUA em relação ao Paquistão, para a luta contra a al Qaeda e o terrorismo internacional. Isto levou os EUA a classificarem o Paquistão como um *major non-NATO ally* e a retomarem a concessão de favores, que tinham sido interrompidos no tempo de Clinton. Porém, a Índia já percebeu que o relacionamento dos EUA com o vizinho é conjuntural, tem uma natureza táctica e um horizonte provavelmente de curto prazo. O seu relacionamento com os EUA é encarado a longo prazo (aliás, pelas duas partes) e tem natureza estratégica; pode também ajudar a relativizar a relação dos EUA com o Paquistão, obrigando a perspectivá-la num contexto regional mais alargado, com outros protagonistas de idêntica importância. Isto é, pode diminuir-lhe



importância e/ou servir de pressão para uma colaboração mais efectiva, o que seria bem desejável.

Não se espere, porém, que a Índia esteja num caminho de aproximação sem reservas dos EUA; muito menos que se venha a tornar um satélite dos EUA na região. Muitos aspectos da sua tradicional postura internacional de país não alinhado, ainda que hoje já sem grande razão de ser dado o fim da Guerra Fria, continuarão mesmo assim a marcar muitas das suas opções, quer isso constitua ou não uma contrariedade para os EUA.

Não é de esperar, por exemplo, que a Índia se deixe usar pelos EUA numa estratégia de contenção da China; não obstante, um passado cheio de dificuldades, incluindo sérios conflitos fronteiriços, a Índia empenhar-se-á principalmente em melhorar o relacionamento com a China, que vê mais como um modelo (para o seu crescimento económico) do que uma ameaça.

A Índia, que tem a 2ª maior população shiita do mundo e profundas ligações civilizacionais com o Irão, também não partilhará das percepções americanas sobre este país, começando logo por não se mostrar convencida de que o Irão quer ser uma potência nuclear. Nestes termos, não obstante as pressões americanas, vai prosseguir com as suas intenções de adesão ao projecto de construção de um *pipeline* para o gás iraniano, o que lhe resolverá parte do seu problema de escassez energética.

Apesar desta situação, Bush não viu qualquer problema em acolher a Índia, de braços abertos, no clube das potências nucleares, mesmo sabendo que com isso estava a dar mais um golpe no Tratado de não Proliferação Nuclear (TNP), pelos vistos mais um em que também não acredita.[5] A alteração de política é, de facto, radical: a Índia deixa de estar sujeita a severas restrições de importação de tecnologias e materiais militarmente sensíveis, nomeadamente os associados com a produção de energia nuclear, a que se encontra submetida desde que, a 5 de Maio de 1974, surpreendeu o mundo com um teste de arma nuclear. De país até agora confinado aos mercados de armamento francês, russo e israelita, a Índia passará a ter acesso a alguns dos mais sofisticados sistemas de armas americanos.

Para que esta nova política se possa concretizar, Bush tem que vencer resistências internas, no Congresso, e externas, no âmbito do *Nuclear Suppliers Group*. Neste último tem, principalmente, que resolver um problema de coerência de atitudes, na medida em que, até aqui, tem veementemente insistido pela total proibição de fornecimento de tecnologias ou materiais necessários para o enriquecimento de urânio a novos países. Ao pretender que se abra uma excepção em relação à Índia, Bush põe em causa a consistência e credibilidade da sua política em matéria de não proliferação nuclear, mostrando dualidade de critérios e descredita o próprio TNP.

Bush só não vai ao ponto de reconhecer formalmente a Índia como uma potência nuclear mas esta questão ficará ultrapassada, em termos práticos, logo que o Congresso validar a política do presidente, deixando-se convencer pelos compromissos de Singh de que a Índia não contribuirá para a proliferação da tecnologia sensível a que passar a ter acesso, de que se absterá de realizar ensaios nucleares e de que abrirá as portas das suas infra-estruturas de produção de energia nuclear (não as militares) a um regime de inspecções.

Bush também não vai apoiar a entrada da Índia como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na próxima Assembleia Geral de Setembro. Provavelmente, seguirá a recomendação de um seu anterior embaixador na Índia de apoiar a entrada em “data futura não especificada” (!) e, entretanto, promoverá a sua participação no G-8.

Em qualquer caso, Bush vê na Índia um excelente exemplo de país democrático e, portanto, um elemento de ajuda para a sua estratégia de promoção da democracia no Grande Médio Oriente, assunto de que fez o principal tema para a sua política externa neste segundo mandato.[6] O Presidente americano gosta de lembrar, e não deixou de o fazer de novo, durante a visita do Primeiro-Ministro indiano, que a Índia, apesar de ter a 2ª maior comunidade muçulmana do mundo (130 milhões, logo a seguir à Indonésia) não dá sinais de extremismo na sua sociedade; de facto, não há presença de indianos em organizações terroristas, bem ao contrário do que sucede com o vizinho Paquistão.

Se esta situação vai ou não ser útil para a política de Bush só o tempo o dirá. Para já não é provável que a Índia altere o que quer que seja da sua cuidadosa política externa em relação a vizinhos que, em termos de vivência democrática, se encontram em situação diametralmente oposta: Nepal, Myanmar (ex-Burma) e o Bangladesh. Receando que a instabilidade que aí reina se transfira para o seu território, a Índia prefere estabelecer laços de cooperação, fazer acordos e abster-se de qualquer interferência, mau grado os mais graves atropelos a direitos humanos que aí constantemente se cometem.

Não é com certeza a melhor postura para um país que procura ter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas mas a verdade é que também não existe esse tipo de critério para admissões nesse órgão; se existisse, a sua composição seria diferente. Também não é uma posição consequente com a importância que atribui internamente à liberdade e democracia, mas isso não deve ser estranhado. A Índia fará o que fazem geralmente todos os países: limita-se a pôr os seus grandes interesses estratégicos à frente dos seus princípios, quando as duas coisas não jogarem.

[1] Thomas L. Friedman, in IHT.

[2] Começa, porém, a haver dúvidas de que este estatuto mantenha a legitimidade que tinha no passado. Um dos primeiros a levantá-las foi Fareed Zakaria, indiano de nascimento, autor de *O Futuro da Liberdade – A Democracia Iliberal nos Estados Unidos e no Mundo*, ex-editor da revista *Foreign Affairs*, colaborador regular da *Newsweek* onde também foi editor. Para Zakaria, não obstante “o merecido crédito de ser uma sociedade genuinamente livre e democrática, a Índia, em décadas recentes, começou a tornar-se menos tolerante, menos secular, menos comprometida com a lei e menos liberal”.

[3] Para Kissinger, os interesses estratégicos a longo prazo da Índia são paralelos aos dos EUA.

[4] Se conseguir manter um crescimento de cerca de 6%, segundo algumas projecções, pode mesmo ultrapassar a China dentro de 50 anos.

[5] Ver, sobre este mesmo assunto, anterior artigo de 25.05.2005, “A revisão do Tratado de não Proliferação Nuclear”.

[6] Ver, sobre este mesmo assunto, anterior artigo de 4.02.2005, “O Eixo da Tirania”.

4 TEXTOS RELACIONADOS:

2008/08/03

O AFGANISTÃO: DE CENTRO DE TERRORISMO ATÉ SUA VÍTIMA PRINCIPAL

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/20

O TIBETE E O “CRESCIMENTO HARMONIOSO” DA CHINA (1)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/02/08

O GIGANTE INDIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/03/11

ÍNDIA. OS CUSTOS E VANTAGENS DA PARCERIA COM OS EUA

Alexandre Reis Rodrigues